



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 11ª Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, no âmbito da Comissão de Políticas Públicas, para discutir a questão salarial dos profissionais das técnicas radiológicas (técnicos/tecnólogos em radiologia). Sessão realizada no Plenário Senador Humberto Lucena, da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 03 dias do mês de dezembro de 2025.

Composição da Mesa

Presidente

Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)

Demais componentes

Fontaine de Araújo – Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 16ª Região (CRTR16),

Welton de Sousa – Diretor-secretário do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do RN e PB (CRTR16),

Gutemberg Luiz Sales Claudino – Diretor-tesoureiro do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do RN e PB (CRTR16).

Às 9h45 a Presidente, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia, disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão”. Logo após, a Sr.^a Presidente proferiu seu discurso de justificativa da propositura. **A Sr.^a Presidente, vereadora Eliza Virgínia** disse: “Bem, gente, não é uma sessão fácil, porque é uma audiência para reivindicação salarial onde, às vezes, as pessoas que estão trabalhando têm medo de reivindicar porque elas acham que podem correr o risco de ficar desempregada. Mas como a gente está fazendo essa reivindicação de uma forma correta, sem alarde, somente tentando trazer para aqui o que é certo e o que é legal, acho que não tem perigo de nada disso aqui, podem ter certeza. Convidei a gestão para ter, pelo menos, um representante aqui. Não chegou, infelizmente. Não vejo motivo para não vir, porque aqui a gente não brigará, a gente estará expondo, mas fiquem certos de que tudo que acontecer aqui, tudo que a gente discutir vai ser fruto de uma posterior reunião e também dos encaminhamentos de solicitações do que será colocado nessa audiência pública. A audiência tem como objetivo discutir a valorização profissional, as condições de trabalho e a defasagem salarial que afetam os técnicos e tecnólogos em radiologia, tanto na rede pública quanto na rede privada. A lei federal 7.394/1985, que regulamenta o exercício da profissão de tecnólogo em radiologia, estabelece em seu artigo 16, que o piso salarial da categoria deve corresponder a dois salários mínimos



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

profissionais, isso no mínimo, com carga horária semanal de, no máximo, 24 horas, em razão da natureza insalubre e dos riscos inerentes a exposição às radiações ionizantes. No entanto, a prática de muitos profissionais da área ainda enfrenta o descumprimento da legislação federal com salários abaixo do piso estabelecido e jornadas excessivas, o que compromete tanto a saúde dos trabalhadores quanto a qualidade dos serviços prestados à população. Essa audiência visa reunir representantes da categoria, sindicatos, conselhos profissionais, gestores públicos e demais autoridades competentes a fim de promover um debate amplo e democrático sobre a aplicação da legislação, a valorização salarial, as políticas de proteção e reconhecimento desses profissionais essenciais ao sistema de saúde. Então, para tanto, nós estamos aqui com o presidente do Conselho de Radiologia PB e Rio Grande do Norte, dr. Fontaine, que vai ter a fala, Welton de Sousa, Gutemberg e nós vamos colocá-los para falar e depois vamos também abrir para o plenário para qualquer dúvida, qualquer pergunta ou, principalmente esclarecimento. Vocês, que estão no chão de fábrica, como eu digo, dentro do hospital, estão no Laureano, estão no Santa Isabel, estão em todos os lugares, é muito importante a gente saber a visão de vocês, as necessidades de vocês. Tem hora que são condições de trabalho, é algo que falta que poderia melhorar tanto o trabalho de vocês como também o resultado desse trabalho para com os pacientes. E quando eu vejo que realmente vocês trabalham no lugar, onde a gente que vai fazer, às vezes, raio X, a gente coloca um monte de coisa para proteção da gente, vocês ficam lá tantas horas, não sei nem quantas horas por dia, que vocês ficam expostos ali, o que pode realmente causar danos à saúde no futuro e que, por isso, devem ser valorizados, tem que ter a insalubridade. É essencial. Então, assim, só vocês que podem falar sobre isso, porque só vocês sabem onde o sapato aperta, só vocês que sabem onde é que está a pedrinha no sapato. Eu sou contadora e, mesmo assim, quando eu fico muito tempo no computador, minha coluna já dói. Tem outros tipos de problemas que acontecem, mas não seja mais o que se passa com vocês, que são radiologistas. Então vamos começar”.

Dando sequência, a Sr.^a Presidente facultou a palavra aos convidados. Discursaram: **O Sr. Fontaine de Araújo** disse: “Sr.^a vereadora Eliza, Presidente dessa sessão, senhores diretores do CRTR 16^a Região aqui presentes, meus colegas e amigos profissionais de radiologia que estão aqui nessa sessão. Eu teria, vereadora, inúmeras coisas a conversar com a senhora e com a sociedade do município de João Pessoa acerca de nossa profissão e acerca do olhar que tanto esta casa legislativa como o Executivo Municipal deveriam verter importância. E por que isso? Em 1985, a nação brasileira entendeu que a nossa profissão tinha uma importância e necessitava de uma regulamentação por meio de uma lei federal, criar como norma a nossa profissão, e assim o foi. Este ano, em 29 de outubro passado, foram 40 anos da regulamentação da nossa profissão. Incrivelmente, naquela época, já foi previsto que os profissionais de radiologia, pela exposição à radiação ionizante, que, inclusive, dois anos depois, iria sentir na pele o Brasil quais são os perigos dela com o maior acidente radiológico em área de saúde do mundo, que foi o acidente do CES37, quais são os seus efeitos. Em 1985,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

uma lei foi elaborada e, logo no artigo primeiro, já diz quais são as nossas funções técnicas, como o MEC costuma falar das nossas áreas: radiodiagnóstico, radioterapia, medicina nuclear, rádio isótopos e radiologia industrial. Vereadora, só a radiologia industrial tem 24 áreas. O radiodiagnóstico, qualquer mulher no mês de novembro, tem contato com os nossos profissionais quando o mês celebra a lembrança para que as mulheres tenham um cuidado com o câncer que mais leva as mulheres da nossa sociedade, que é o câncer de mama. Nós somos uma profissão que os operadores de radiologia operam, utilizam, mostram para a sociedade patologias que são das mais importantes hoje, como o câncer, como as doenças arterioscleróticas, os infartos, os aneurismas. Somos nós que operamos esses equipamentos. Esses equipamentos, vereadora, custam, na ordem, uma ressonância magnética de US\$ 1.000.000 (um milhão de dólares). Esses operadores aqui, estão operando equipamentos de US\$ 1.000.000 (um milhão de dólares), e hoje nós vemos o vilipêndio dos direitos trabalhistas dos profissionais, ao ponto de, em muitos lugares, se pagar um salário mínimo. E eu não estou aqui para desconsiderar importantes as pessoas que trabalham e ganham apenas um salário mínimo. Ao contrário, eu estou apenas dizendo que o nosso profissional trabalha com equipamentos de ponta, equipamentos de alta tecnologia, de alta inovação, que utilizam novos materiais, que estão na vanguarda da tecnologia em saúde, porque os raios X foram uma das maiores descobertas para a medicina, desde 1895. O seu artigo 16, lá na Lei 7394/85, que regulamentou nossa profissão, já dizia que, no mínimo, o profissional de radiologia, técnico em radiologia, assim como diz o artigo primeiro, lá no caput, teria direito a perceber dois salários mínimos acrescidos de 40% (quarenta por cento) de insalubridade sobre esses dois salários, diferentemente, inclusive, do que a CLT preconiza como sendo em cima de um. E aqui eu não vou discutir com ninguém sobre os efeitos da DPF151. Os efeitos da DPF151 estão aí e causando muitos problemas, inclusive. Porém, faz 40 anos que o nosso piso salarial é dois salários mínimos mais 40% (quarenta por cento) de insalubridade. Mais do que legal, é moral que o profissional do município de João Pessoa perceba esse piso salarial. Por todas essas considerações que eu fiz, a área de saúde que mais vai crescer daqui aos próximos 10 anos é a área de imagem, especificamente em ressonância magnética, nossa área, área da saúde. Nós estamos vendo uma situação num município tão importante, que é o município de João Pessoa, desconsiderar todas essas particularidades sobre o profissional e sobre a nossa profissão, trazendo o profissional a condições de trabalho para perceber um salário tão pequeno. Isso é aviltar a importância, é não perceber a importância do profissional e da profissão, e mais de uma lei que a nação brasileira disse. O desejo da nação brasileira, em 1985, foi que o profissional ganhasse dois salários mínimos mais 40% (quarenta por cento) de insalubridade. Eu, na qualidade de diretor presidente do CRTR 16ª Região daqui da Paraíba, conversando com os nossos profissionais todos os dias, manhã, tarde e noite, nos finais de semana, nos feriados, há tanto tempo, eu rogo, eu requeiro, eu solicito, eu peço ajuda para que nós venhamos a ter um diálogo aberto com a administração do município de João Pessoa, para que verifique essa dissonância que há entre o que era importante em 1985 e não está sendo cumprido hoje. Eram essas considerações iniciais que eu gostaria de fazer a toda a sociedade



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

do município de João Pessoa, e é o que nós estamos fazendo aqui hoje, expondo isso para que a gente possa, enfim, chegar a uma solução. Eu creio que não é tão complicado fazer com que a lei seja cumprida e, principalmente, moralmente ela seja cumprida também. Muito bom dia e eu fico à disposição para o debate”. **O Sr. Welton de Sousa** disse: “Nós temos uma grande satisfação de estar aqui para discutir um assunto de extrema importância, não só para os profissionais, mas, sim, também para toda a sociedade. Nós temos muitos exemplos de outras profissões que já têm garantidos seus direitos e os profissionais das técnicas radiológicas também precisam conseguir, de forma totalitária, os seus benefícios. Nós vemos em muitas cidades, estados, que há uma alternância de valores que são pagos e, não de fato, muitas vezes, não se tem uma forma igualitária em relação ao pagamento. Muitas vezes, as prefeituras pagam, como foi bem mencionado pelo professor Fontaine, um salário mínimo, e muitas vezes desrespeitam aquilo que é o direito do profissional das técnicas radiológicas. Então, é um assunto de extrema relevância. Muitos municípios já conseguiram que o piso, que o salário digno do profissional da radiologia fosse pago de forma correta. E, com certeza, a luta que tem sido levantada, é um caminho a ser percorrido e, com certeza, de mãos dadas vai ser conseguido, de forma que os profissionais sejam pagos de forma correta. Bem mencionado pelo professor Fontaine, a radiologia é uma especialidade de extrema importância e de muito tempo para cá, hoje em dia, é algo indispensável para a medicina. Hoje, a medicina não consegue percorrer, se desenvolver sem os profissionais das técnicas radiológicas, com as várias especialidades que nós temos atualmente: a ressonância magnética, a tomografia computadorizada, a mamografia, densitometria óssea, o raio X, a hemodinâmica, e tantas outras especialidades que fazem com que a medicina e o atendimento ao paciente, que é o alvo principal, sejam de forma eficaz. Então, nós, do CRTR16, estamos sempre à disposição para poder auxiliar e ajudar nas conquistas que a categoria precisa”. **A Sr.ª Presidente, vereadora Eliza Virgínia** apresentou algumas questões: “Quantos radiologistas estão na rede municipal de saúde em João Pessoa? Se vocês têm esse dado, e quantos na rede privada? Se a o salário que a Prefeitura paga ou o Estado, paga aqui em João Pessoa ou na Paraíba, é o mesmo salário da rede privada? E se está pagando insalubridade também? Só alguns questionamentos que eu já deixo para que nas falas, de repente, possam ser respondidos”. **O Sr. Gutemberg Luiz** disse: “Bom dia a todos. Queria cumprimentar aqui a vereadora por ter promovido este debate. Cumprimentar os membros aqui da mesa, os colegas do Conselho e a todos os colegas de profissão. Eu vou fazer uma fala de complementação a que os colegas já falaram, a gente sabe que há o problema salarial dos profissionais da radiologia, já foi apontado, mas eu gostaria também de inverter esta discussão para o aspecto de trabalho. Muitas vezes, o trabalho, a gente precisa do salário porque é o que dá dignidade à gente, mas existem outros aspectos. A gente, como profissional da radiologia, a gente depende de outros meios para o efetivo exercício das nossas funções. A gente precisa que haja a ventagem de chumbo suficiente nas unidades para os profissionais e para os pacientes também, que vão realizar os exames, para os acompanhantes, que muitas vezes falta nas unidades, faltam dosímetros nas unidades para os profissionais. Muitas vezes, contratos vencem, demoram



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

muito para ser feito um novo contrato. A gente passa meses sem ter dosímetros disponíveis. Muitas vezes, equipamentos não têm levantamento radiométrico adequado nas UPAs e nos hospitais. Então, são pontos que são sensíveis ao profissional da radiologia. A gente que atua todos os dias nessa área, a gente sabe quão é importante saber se um tubo está vazando radiação, porque o paciente que faz um exame ali, um dia, dois dias, para ele um vazamento de radiação do tubo não faz diferença. Mas para a gente que está todo dia dentro da sala de exame fazendo, todo dia a gente está sendo exposto à radiação, mais uma falha do equipamento que está acontecendo todos os dias. A gente tem muita distinção também em relação aos os tipos de vínculos com as prefeituras. Tem profissionais que são servidores que têm X direitos, recebe um salário X, recebe X de insalubridade, mas o funcionário que é contratado recebe um salário distinto do cara que é servidor. Algumas pessoas entram com ações judiciais, recebem um salário diferencial, mas a Prefeitura só cumpre para aquela pessoa que ganhou, os demais colegas não ganham. Uns pagam de um jeito, outros pagam de outro. E é importante que todos que exercem a profissão recebam salário digno, igualitário entre todos, porque todos exercem a mesma função. Não dá para pagar um que ganhou na Justiça um piso mais 40%, o que é adequado, ou até mais do que isso, se fosse, até porque o piso é o mínimo. E outro receber um salário mínimo, às vezes, sem insalubridade ou com 10% ou 20% aquém do que está previsto na lei. Já foi muito bem falado pelo Presidente, a gente recebe insalubridade, vereadora, a gente fala de insalubridade, mas na nossa lei a gente recebe uma insalubridade diferenciada em relação aos outros profissionais de saúde, porque na nossa lei está previsto esse adicional de 40% que é sobre o salário, tá? Então são os salários mais 40%, não sobre um salário mínimo, como muitas vezes é mal interpretado. O salário acrescido de 40%, como está determinado na lei. Então, lá está muito bem previsto que é a título de insalubridade e risco de vida, porque a radiação, a gente que trabalha com radiologia, a gente está dentro do ambiente hospitalar, tanto sujeito a meios biológicos inerentes ao risco hospitalar, mas a radiação está enquadrada como meio perigoso. Então, a gente teria, na verdade, direito a receber insalubridade e periculosidade, porque radiação faz parte da periculosidade, mas a lei prevendo isso já deixou 40% a título de insalubridade e periculosidade, mas aí os municípios, inclusive, o de João Pessoa, não paga o que é devido. Nem paga periculosidade, nem paga a insalubridade devidamente. Então são pleitos que vão muito além do simples pagamento do piso salarial, que é extremamente importante e é a pauta da discussão, mas são pleitos que a gente precisa também levantar porque a gente precisa pagar os salários adequados, mas a gente também precisa dar dignidade, dar condições de trabalho para esses profissionais trabalharem adequadamente. Acabar com as distinções entre tipos de contrato, todos têm direito a receber o piso. Às vezes, acontece muito de pedir para um e não pedir para outro. A gente acha que é adequado todos os profissionais receberem o piso salarial. Então, é uma fala que a gente precisa debater, discutir e dar seguimento. A gente sabe que o diálogo é importante. A senhora, como representante dessa Câmara Legislativa, como muito bem falado, pode nos auxiliar nessas pautas, fazer os apontamentos, seguir com a gente, nos apoiar nessa pauta para que a gente consiga, junto ao Executivo, essa vitória, essa



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

necessidade que os profissionais de radiologia têm. Então vou ficar aqui à disposição de vocês para a gente conversar, discutir, debater sobre os temas. A vereadora fez alguns levantamentos sobre quantitativo, sobre distinção, o quantitativo, eu especificamente não tenho o quantitativo agora. Então, ao todo, são 157 profissionais no município de João Pessoa, e aí, passando para a segunda pergunta, a distinção salarial entre servidores e contratados, independentemente de haver a distinção entre os contratos, ambos não recebem o piso salarial. Alguns recebem a insalubridade, mas de forma geral ninguém recebe os 40% que são devidos. Alguns ganharam, a maioria está falando aí 20%, mas alguns judicialmente conseguem os 40%, mas, de forma geral, 20% é o que o colega está passando aqui. A distinção entre o serviço privado e o serviço público. Então, o serviço privado normalmente cumpre o piso salarial ou chega muito perto, de acordo com os ACTs vão andando, e as prefeituras, inclusive, a de João Pessoa, ficam muito aquém, muito distantes da iniciativa privada. Então, é meio que inconcebível que um profissional que se prepara, estuda, faz um concurso, passa numa prova, planeja ter uma carreira dentro de uma prefeitura, receber, eu não vou nem dizer menos, mas deveria receber, no mínimo, igual a uma pessoa que não passou pelos processos que ele passou para estar galgando aquela vaga. Então, o planejamento desse profissional era ter uma ascensão da carreira, mas ele se vê, inclusive, atrás de pessoas que estão na iniciativa privada, o que não é nenhum tipo de demérito, mas comparando as formas de ingresso ao vínculo trabalhista. Então, vou ficar aqui à disposição de vocês para perguntas e a gente continuar esse debate. Obrigado”. **A Sr.^a Presidente, vereadora Eliza Virgínia,** disse: “Enquanto isso, vamos aqui fazer um encaminhamento. Seria um requerimento para o cumprimento do piso salarial para os profissionais de técnicos e técnicas em radiologia, tecnólogos, que seriam dois salários mínimos e os 40% de insalubridade. E no caso da periculosidade?”. **O Sr. Wilson** disse: “Eu já estou há 28 anos na Prefeitura, fiz o concurso em 98, e a gente fica meio decepcionado, entendeu? Eu ia fazer para agente administrativo, tinha feito um estágio no HU e optei para radiologia – mudei na hora, em 98. Fiz concurso, tinha 12 vagas, passei. Fiquei em sétimo. E eu já trabalhei no Pronto Socorro municipal, em 98, aí passou para o Santa Isabel, assumi o Santa Isabel. Do Santa Isabel a gente foi para o Trauminha – alguns ficaram no Santa Isabel. E acontece o seguinte, que a gente ganha o salário mínimo e sempre tem um reajuste anualmente. E sobre a insalubridade, é o seguinte: que tem um complemento salarial no contracheque, só que eles pagam em cima, sem o complemento. Eu sou funcionário e vejo isso. Há muito tempo acontece isso. E além de que a gente está batalhando pelo teto salarial, que o estado paga melhor, e a CLT também, o HU, a rede federal – a gente está procurando, lutando. A gente não vê a radiação, mas de 2 a 3 anos é que vem o resultado negativamente. É uma área de risco, já trabalhei pelo esforço meu, a gente vê as dificuldades do ambiente, a gente tenta fazer. Eu mesmo, quando uma máquina quebra, tem a empresa de Recife para resolver, mas, com o meu conhecimento, que eu trabalhei 6 anos na Kodak brasileira e tenho conhecimento dessa área de revelação. Quando a máquina processadora tem um defeitozinho, a gente usa a criatividade para continuar o serviço. A gente tenta batalhar para conseguir isso aí, é um esforço muito grande. Já estou há



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

28 anos e não me arrependo não, gosto de trabalhar com o público, gosto de trabalhar com paciente, sou muito carinhoso com criança e com idoso. É uma atenção fora do comum. Trabalho atualmente na Policlínica do Cristo, trabalhei muito tempo no Pronto Socorro municipal com uma máquina portátil, revelação manual – quando eu entrei –, máquina para UTI. Para concluir, eu não me arrependo de nada. Agora a gente fica meio assim, porque não há o reconhecimento nessa parte. Eu queria que vocês pensassem um pouquinho na gente, porque é uma área de risco, perigosa, tem muitos colegas que já faleceram. Eu agradeço a atenção. Eu vim aqui na correria. Eu disse: vou comparecer para dar minha palavra, e é isso que vale. Eu agradeço”. **A Sr.^a Presidente, vereadora Eliza Virgínia** disse: “Obrigada, seu Wilson. Eu acho que ele representa muito bem a classe. Ele, que é servidor e que já trabalha há 28 anos, a idade do meu menino – 98, ano que ele nasceu – e representa muito bem a classe. É muito importante que a gente leve esse testemunho, para que seja realmente reconhecido”. **O Sr. John** disse: “Só um complemento também do que ele falou, que muito dos profissionais da radiologia têm famílias. São pais de famílias, têm serviços a cumprir, cuidados com família e tal, e um salário mínimo para um funcionário da Prefeitura, a gente sabe que hoje em dia para quem tem uma família, um salário mínimo para se manter, para manter uma família é difícil. E muitas das vezes também o profissional de radiologia, para exercer tal função dentro da área, ele faz uma especialização, ele faz uma capacitação, isso é um custo, isso gera um custo. Então, assim, ele vai pagar mais uma mensalidade, mais um investimento para exercer aquela função para receber o mesmo salário. Então é só um complemento que também eu quero falar”. **A Sr.^a Maria Gabriela** disse: “Estou aqui representando uma nova geração de recém formados. Eu acho que hoje, se brincar, eu sou a mais nova aqui, atuo na área há quase dois anos e realmente não é só instituição públicas, do Estado e de Prefeitura, particular também tem esses pequenos descasos em relação ao piso e também em relação ao merecimento. Realmente, em particular, eles usam muito a CLT, eles realmente não ligam muito para o piso salarial. Então, eu acho que aqui a gente tem que lutar não só por mim, não só por ele, mas pela nossa classe e principalmente estamos formando novas gerações de técnicos em radiologia e que já entram desmotivados, porque realmente você passa 2 anos e 8 meses quase estudando, se esforça, passa em um concurso, para quando chegar e você ser desmerecido, porque realmente é diferente quando você está lá para fazer um exame do que quando a gente está todos os dias. A gente está ali todos os dias recebendo radiação, fazendo o nosso melhor e como tem uma frase que diz que: *a radiologia é os olhos da medicina*. Então eles precisam da gente, a gente trata com maior cuidado e tem esse descaso, tanto público como particular, principalmente em instituição privada. E eu gosto, realmente, eu garanto que eu estou representando os novatos que estão chegando agora e que têm aquela chama de esperança, de estar sendo ouvidos. Agradeço a todos vocês e realmente eu só quero deixar isso bem claro”. **A Sr.^a Naiara** disse: “Bom dia a todos integrantes da mesa e a todos aqui presentes. Primeiramente, agradecer a oportunidade, esse é um marco para nossa categoria, estar tendo esse momento, essa oportunidade. E só complementando aqui também a fala dos colegas, como o John bem falou, a gente estuda bastante para atuar na área



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

de radiologia. Eu sou tecnóloga em radiologia, então são 3 anos de graduação, eu tenho especialização, eu passei no mestrado na Universidade Federal de Pernambuco, mas com o salário que a gente tem hoje na Prefeitura é inviável. Como é que, com um salário mínimo, eu vou me manter e pagar a passagem, arcar com os custos para fazer um mestrado e isso não vai mudar, no momento, não muda em nada do nosso salário, então, realmente, é muito desmotivante. A gente quer estudar, a gente quer crescer, a gente precisa conhecer novas técnicas, se atualizar para estar trabalhando na área, mas a questão salarial desmotiva bastante isso. Então eu tive a oportunidade de trabalhar na área de radiologia industrial, eu fui uma das primeiras da Paraíba a passar na CNEN, que é a Comissão Nacional de Energia Nuclear, para ser supervisora de radioproteção. Na época, isso saiu aqui no jornal em João Pessoa. Eu fui uma das, acho que eu fui a primeira de João Pessoa, se não fui a primeira eu fui uma das primeiras, atuei em outros estados e é uma realidade completamente diferente, a gente recebe um salário muito bom, a gente é valorizado, e quando eu precisei retornar aqui à João Pessoa, minha terra natal, trazendo toda essa bagagem, que eu levei o nome de João Pessoa para fora, a gente se encontra com uma realidade muito triste, porque a gente se acostuma a ter uma realidade, e quando chega aqui a gente encontra outra. Então é desmotivante você estudar tanto, querer tanto crescer na área, oferecer o melhor no seu trabalho, oferecer o melhor para os pacientes, mas você chega em casa e você fica triste. Eu vou completar 36 anos nos próximos dias, e eu imaginei que nessa idade eu já seria mãe, mas como eu vou ser mãe com o salário que eu tenho hoje, se eu mal consigo me sustentar? Se eu estivesse na área de radiologia industrial, em outra área, em outro estado, talvez eu até conseguisse, mas a minha vida hoje é aqui. Então eu gostaria muito que analisassem todas as questões que estão sendo abordadas aqui. A gente não está atrás de luxo, a gente não quer luxo, a gente quer apenas reconhecimento e valorização da nossa área, que é tão importante quanto tantas outras. Obrigada”. **A Sr.^a Presidente, vereadora Eliza Virgínia** disse: “Bem, eu acho que a gente já teve um cenário bem completo com tudo que foi dito, e eu gostaria só de passar novamente a fala para Fontaine, para a gente fazer um resumo. A fala de Gutemberg, eu não consegui escrever tudo, Gutemberg, mas eu vou fazer um requerimento para o Prefeito, levando em consideração a questão desse trabalho ser um trabalho de risco, que vocês trabalham numa sala que, dependendo do que está sendo feito e da qualidade do equipamento, pode ter vazamento radioativo, levando em consideração também que existe uma lei que define um piso salarial, levando em consideração que tem uma lei que define que as pessoas que trabalham nesta área têm que ter insalubridade. Nós vamos requerer para a Prefeitura Municipal de João Pessoa o cumprimento do piso salarial dos profissionais e também pelo menos os 40% de insalubridade. Aí, a questão que eu tinha falado era da periculosidade. Então, passo para Gutemberg”. **O Sr. Gutemberg Luiz** disse: “Só complementando, vereadora, sobre esses pontos abordados da relação trabalhista, a gente tem a questão do dosímetro, que é um medidor que o profissional usa para medir quanto de radiação efetivamente ele levou durante o trabalho, é tipo um crachá, sendo que menorzinho, a gente usa junto normalmente ao crachá. Essas normas de radiodiagnóstico, que é o que



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

principalmente se aplica à Prefeitura de João Pessoa, são emanadas da Vigilância Sanitária. E, além do dosímetro, a efetiva disponibilização de aventais de chumbo aos profissionais e para a população, porque não é só o profissional que usa avental de chumbo, os acompanhantes e os pacientes também usam os aventais plumbíferos, e o cumprimento das normas da RDC seiscentos e onze (611) da Vigilância Sanitária. Por exemplo, a RDC prevê que todos os profissionais de radiologia e que trabalham com radiologia, não só os técnicos e os tecnólogos, mas desde a recepção até os médicos, passem anualmente por treinamentos. Isso é uma exigência da Vigilância Sanitária, e a Prefeitura não cumpre o que está previsto. Isso é uma norma nacional. A Prefeitura não cumpre. A norma fala que deve ter planos de proteção radiológica para proteger o paciente, o profissional, os acompanhantes e os demais trabalhadores daquele local. A Prefeitura também não cumpre. Então, são normas que estão previstas nacionalmente pela Vigilância Sanitária. Levantamento radiométrico de sala deve ser feito a cada, no máximo, quatro anos; tem várias salas da Prefeitura que não têm levantamento radiométrico nesse período. Então, são temas importantes e sensíveis ao profissional, para a gente que trabalha com radiação, fica exposto, são muito sensíveis, porque é salário o que a gente precisa? É. Mas radiação é a vida da gente. Se a gente se expõe mais do que devia à radiação, lá na frente a gente vê, como já viu, o colega apontou, muitos colegas, no final da carreira, estão com catarata. É muito constante profissionais de radiologia, com quarenta (40), cinquenta (50) anos, com catarata, e essa catarata é decorrente da exposição indevida à radiação. Profissionais com câncer. Então, a gente precisa que esses fatores de proteção radiológica, que já estão predeterminados pela Vigilância Sanitária, na RDC seiscentos e onze (611) e suas instruções normativas, sejam cumpridos também efetivamente. Muito obrigado”. **A Sr.^a Presidente, vereadora Eliza Virgínia**, disse: “Muito obrigada, Gutenberg. Então, vou fazer aqui a leitura dos encaminhamentos. O cumprimento do piso salarial; dos quarenta por cento (40%) de insalubridade; verificar também a periculosidade, levando em consideração o ambiente em que vocês trabalham, exigir dosímetro para todos os profissionais, aventais de chumbo para os profissionais e para os pacientes, treinamento anual dos profissionais, levantamento radiométrico das salas de exames de quatro em quatro anos. Alguma coisa mais?”. **O Sr. Fontaine de Araújo** disse: “Já aproveitando para fazer minhas considerações finais, primeiramente, eu gostaria de agradecer as falas, principalmente de Wilson, que foi talvez a mais emocionante de todas, haja vista ter exposto aqui seus vinte e oito (28) anos de profissão, se submetendo à radiação, e, acima de tudo, empolgado, animado com a profissão. Só queria ter mais um pouco de reconhecimento, como todos nós aqui realmente queremos. Eu reitero tudo que foi solicitado, vereadora, solicitando que Vossa Excelência requeira da Prefeitura o cumprimento dos dois salários mínimos mais quarenta por cento (40%) de insalubridade, sem que leve em consideração nenhum dos efeitos da ADPF um cinco um (151), que é uma discussão que nós consideramos inócua, porque, moralmente, quarenta (40) anos atrás já foi previsto os dois salários mais quarenta por cento (40%). Então, esse valor, eu entendo que não pode retroceder. Segundo ponto que eu queria que fosse levado em consideração também, e talvez sob sua análise de ser



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

conveniente ou não: oficializar os órgãos de Vigilância Sanitária municipal para que façam cumprir as normas de proteção radiológica. Inclusive, o próprio Conselho Regional tem um projeto de implantação do Programa de Educação Permanente, que é obrigatório, previsto na RDC seiscentos e onze (611) da Anvisa, e quem faz cumprir as normas da Anvisa é a Vigilância Sanitária municipal. Inclusive, esse projeto pode trazer um grande benefício para os profissionais, inclusive, financeiro, que fizemos a exposição semana passada com o lançamento desse projeto. Então, se a Prefeitura, através de seus órgãos, fizesse cumprir o piso salarial e o cumprimento das normas de proteção radiológica, inicialmente, já estaria de bom tamanho, já seria um grande avanço para nossa categoria. Muito obrigado a todos”. **A Sr.^a Presidente, vereadora Eliza Virgínia** concluiu a relação dos encaminhamentos: “Oficiar a Vigilância Sanitária sobre o cumprimento das normas de proteção radiológica, RDC 611. Eu acho que já chegamos ao fim. Alguém mais quer fazer alguma consideração final? Não havendo, vamos encaminhar, com certeza. Vamos mandar uma cópia para vocês e esperamos ter respostas disso. Infelizmente, eu acho que qualquer profissão que exija um curso preparatório de tecnólogo ou curso superior, no mínimo, jamais poderia ganhar um salário mínimo. Já começa daí, porque a pessoa estuda, de repente, para ganhar a mesma coisa que uma pessoa que nunca estudou na vida e que faz qualquer outro serviço e recebe igual. Isso aí é muito desmotivador, é meio humilhante. Então, assim, nós vamos lutar para que vocês tenham garantido o mínimo da categoria. Que Deus abençoe e vamos juntos nessa luta”.

Ao final desta sessão, a Presidente, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia nada mais havendo a tratar, às 10h29, declarou encerrada a presente sessão”.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa com base nos registros dos discursos proferidos, em arquivos de áudio e vídeo, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 03 dias do mês de dezembro de 2025.

Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)
PRESIDENTE